



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS  
CAMPUS XVIII-EUNÁPOLIS

EDUARDO ALVES DE JESUS

**“CRUCIFICADORES DO POVO”: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO FREI  
DÍLSON NO EXTREMO SUL DA BAHIA NO PERÍODO DA DITADURA  
MILITAR DÉCADA DE 1980.**

EUNÁPOLIS - BAHIA

2025

EDUARDO ALVES DE JESUS

**“CRUCIFICADORES DO POVO”: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO FREI  
DÍLSON NO EXTREMO SUL DA BAHIA NO PERÍODO DA DITADURA  
MILITAR DÉCADA DE 1980.**

Trabalho de conclusão de curso, exigido como pré-requisito para a graduação em licenciatura em História pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB campus XVIII, sob orientação da Professora Dra. Cristiane Soares de Santana.

EUNÁPOLIS - BAHIA

2025

**EDUARDO ALVES DE JESUS**

**“CRUCIFICADORES DO POVO”: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO FREI  
DÍLSON NO EXTREMO SUL DA BAHIA NO PERÍODO DA DITADURA  
MILITAR DÉCADA DE 1980.**

Este artigo foi julgado adequado para a obtenção do Título de Licenciatura, e aprovado em sua forma final.

Eunápolis, 7 de Janeiro de 2025.

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dra. Cristiane Soares de Santana

Orientador(a) e Presidente da Banca  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

---

Prof. Dra. Caroline Lima Santos

Membro da Banca  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

---

Prof. Dra. Sandra Regina Barbosa da Silva

Membro da Banca  
Investigador/a de Pós-Doutoramento no Departamento de História e de Estudos  
Políticos Internacionais da Faculdade de Letras – (Universidade do Porto)

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo estudar a trajetória política e religiosa de Frei Dílson, um padre capuchinho da região do extremo sul da Bahia, destacando seu papel durante a ditadura militar no Brasil. A biografia de Frei Dílson foi construída com base em fontes do Serviço Nacional de Informações (SNI), que levaram à sua identificação, e em entrevistas realizadas com ele. Sua formação foi dividida entre o Brasil e a Itália e foi nesse período que iniciou seu engajamento político e social. De volta ao Brasil, ele se envolveu com as causas sociais da população baiana, especialmente ao se deparar com as mazelas vividas pela comunidade local. Seu trabalho com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a partir de ações de resistência, fez com que fosse investigado e rotulado como subversivo pelo SNI, que atuava como um órgão de repressão infiltrado em diversas camadas da sociedade. A religião e a resistência foram elementos centrais em sua trajetória, fazendo dele um importante agente de luta no contexto da ditadura.

**Palavras-chave:** Biografia. Ditadura. Extremo Sul. Religião. Resistência.

**Abstract:** This paper aims to study the political and religious trajectory of Frei Dilson, a Capuchin priest from the far south of Bahia, highlighting his role during the military dictatorship in Brazil. Frei Dilson's biography was constructed based on sources from the National Intelligence Service (SNI), which led to his identification, and on interviews conducted with him. He was educated between Brazil and Italy and it was during this period that he began his political and social engagement. Back in Brazil, he became involved with the social causes of the Bahian population, especially when he came across the hardships experienced by the local community. His work with the Landless Workers' Movement (MST), based on resistance actions, led to his being investigated and labeled as subversive by the SNI, which acted as an organ of repression infiltrated in various layers of society. Religion and resistance were central elements in his trajectory, making him an important agent of struggle in the context of the dictatorship.

**Keywords:** Biography. Dictatorship. Far South. Religion. Resistance.

## Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar uma biografia de Frei Dílson, um padre que se destacou nas relações políticas e sociais da Região do Extremo Sul da Bahia. Esta pesquisa teve início no período em que fui bolsista de um projeto de Iniciação Científica realizado no período de 2020 a 2022, intitulado: *A Ditadura Militar no Sul e Extremo Sul da Bahia no Acervo do SNI (Serviço Nacional de Informações) - 1964-1978* sob a coordenação da professora Sandra Barbosa.

Ainda no período em que fui bolsista de IC, desenvolvi leituras contextuais sobre a ditadura militar, utilizando autores como Jacob Gorender, Marcelo Ridente, Carlos Fico e Icléia Thiesen. Esses autores foram fundamentais para compreender a conjuntura política nacional do período que antecedeu o golpe de 1964 e para servir como base teórica nas discussões deste artigo. Ao longo do programa, tive acesso a fontes do Serviço Nacional de Informações (SNI), extraídas do acervo nacional. O objetivo principal consistia em analisar essas fontes, sintetizar as informações e organizá-las em arquivos do Word e Excel, a fim de facilitar a leitura e torná-las mais acessíveis para futuras pesquisas acadêmicas.

No decorrer da pesquisa, conforme o contato com os documentos e com as fontes, veio a informação a respeito de um padre subversivo; partindo deste princípio o interesse em pesquisá-lo e escrever sobre o mesmo, ao descobrir que este ainda estava em vida. Sendo estimulado pelo fato de haver uma pessoa desta região que se pôs disposta a enfrentar e mobilizar pessoas na luta pelos seus direitos.

Através de uma análise abrangente, buscaremos compreender a formação religiosa e política de Frei Dílson e seu papel ativo nas lutas pela reforma agrária durante a década de 1980, um período marcado por intensos conflitos agrários e sociais.

O Extremo sul da Bahia se situa na região nordeste do Brasil com o clima tropical. É uma região composta por 19 cidades, sendo 10 destas as que compõem a área da costa do descobrimento e costa das baleias, das quais estão Belmonte, Alcobaça, Canavieiras, Caraíva, Eunápolis, Mucuri, Porto Seguro, Prado e Santa. Cruz Cabrália e

Trancoso. Esta região é rica no setor agrícola, pecuária e principalmente o setor turístico, atraindo diversas pessoas tanto da Bahia quanto do Brasil e do mundo.

Especialmente em localidades como o KM 64<sup>1</sup>, conhecido como o maior povoado do mundo<sup>2</sup> no qual atualmente é reconhecido como a cidade de Eunápolis, destacava-se por sua localização estratégica, onde convergem duas das principais vias de abastecimento de alimentos e outros produtos para os centros urbanos. Essa região, uma das mais importantes do Extremo Sul da Bahia, era marcada por questões agrárias profundamente entrelaçadas com tensões sociais, políticas e econômicas.

Este estudo examinará como o padre conciliou sua vocação religiosa com a sua militância política, enfrentando as consequências da ditadura militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985. Nesse período, muitos líderes comunitários e defensores de direitos foram alvos de repressão e perseguição.

A pesquisa também contemplará as mobilizações e as primeiras formações de luta organizadas por Frei Dílson em colaboração com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), uma das principais organizações sociais que emergiram nesse contexto. Destacaremos as estratégias utilizadas pelo movimento e o impacto de suas ações nas comunidades locais, bem como os desafios enfrentados na busca pela reforma agrária.

Além disso, será explorado o papel do SNI (Serviço Nacional de Informações), um órgão de espionagem que monitorava qualquer atividade considerada subversiva. Será analisado como as informações coletadas por esse serviço afetaram a vida e o trabalho de Frei Dílson, revelando as tensões entre a luta pela justiça social e a repressão do regime militar. A análise será conduzida por meio de documentos do acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI) e depoimentos orais sobre Frei Dílson.

Dílson Batista Santiago nascido em 25 de maio de 1954 em Canavieiras Bahia, é filho de Manoel Crescêncio Santiago e Eulina Batista Santiago. Coursou o primário na Escola Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro na Bahia no ano de 1968.

---

<sup>1</sup>CUNHA, Levi Sena. Cidade e memória: urbanização e conflitos em Eunápolis dos anos de 1970 a 1988. Monografia (Graduação em História) da Universidade do Estado da Bahia – UNEB campus XVIII, Eunápolis, 2015.

<sup>2</sup>Informação extraída de uma revista da cidade de Eunápolis. Revista: EUNÁPOLIS passado, presente e futuro. Memórias de Eunápolis. Uma publicação da secretaria municipal de educação, cultura e esporte. Elaboração: secretaria municipal de comunicação social. novembro, 2010.

Posteriormente finalizou o secundário no Liceu clássico em Nápoles na Itália em 1976. Formou-se em Teologia no Instituto Teológico São Francisco em Campinas, São Paulo 1980. Exercendo as atividades seguintes de Sacerdote como Pároco Frade Capuchinho em Itamaraju no ano de 1983 a 1986 e Professor de língua latina e orientador do centro de acolhidos para menores em Itamaraju.

Conhecido como o maior povoado do mundo, Eunápolis teve a princípio o nome de Sapucaieira. Posteriormente, foi chamado de Km 64, em referência à distância de 64 quilômetros até a cidade de Porto Seguro. Antes de se tornar um município, era apenas uma porção de terras que servia de abrigo para mineiros que migravam para a região baiana. Com o tempo, passou a ser amplamente habitado por fazendeiros e ganhou destaque por seu rápido crescimento populacional.

Eunápolis tornou-se frequentemente mencionada em revistas, jornais e emissoras de televisão estaduais e nacionais, sendo conhecida tanto pelo seu crescimento acelerado quanto pelos episódios de violência e invasões de terras. A dimensão do povoado era notável, e estimativas extraoficiais indicavam uma população entre 150 e 200 mil habitantes, embora os números reais variassem entre 50 e 60 mil. Ainda assim, o povoado era mais populoso do que a soma da população dos dois municípios aos quais pertencia. Sua importância econômica na microrregião era expressiva, a ponto de prefeitos de cidades vizinhas residirem em Eunápolis, que abrigava, além da prefeitura de Porto Seguro, uma segunda sede administrativa do município de Santa Cruz Cabrália. Além disso, a cidade servia como principal via de acesso a Porto Seguro, tornando-se passagem obrigatória para visitantes vindos de qualquer parte do mundo.

Durante o período da ditadura militar, Eunápolis registrou movimentações políticas características do interior do país. Embora ainda não tivesse sido emancipada, a região esteve sob monitoramento do Serviço Nacional de Informação (SNI), que catalogou documentos sobre acontecimentos locais. Esse cenário possibilita uma análise do papel da cidade no contexto do regime militar e de suas implicações para o polo baiano.

Dentro dessa perspectiva, um possível tema para um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) poderia abordar as invasões de terras no extremo sul da Bahia, especialmente na região de Itamaraju, bem como as atividades de organizações políticas clandestinas em

Eunápolis durante o período. Além disso, a pesquisa poderia enfatizar as revoltas no campo e as articulações políticas clandestinas, destacando o papel estratégico da cidade na dinâmica sociopolítica da região.

Este texto sintetiza as informações extraídas do acervo consultado. Foi a partir dessa análise que defini meu objeto de pesquisa.

Frei Dílson é uma figura religiosa e política de grande importância, cuja trajetória se iniciou durante a ditadura militar no Brasil, mais precisamente no Extremo Sul da Bahia. Nessa região, cidades como Eunápolis, Itamaraju e Porto Seguro tornaram-se polos de conflitos pela posse da terra, envolvendo-se em confrontos entre fazendeiros e trabalhadores rurais. O setor agrícola local, marcado majoritariamente pela produção de cacau, café e pecuária, dependia da mão de obra dos trabalhadores rurais que, no entanto, recebiam remuneração insuficiente para compensar seu esforço em prol dos grandes fazendeiros.

Nesse contexto, Frei Dílson se uniu às lutas dos trabalhadores rurais na busca por direitos básicos, como melhorias na educação, acesso à terra e alimentação. Após iniciar sua formação acadêmica na Itália, em um período de intensa efervescência política e social, ele retornou ao Brasil e enfrentou os desafios impostos pela ditadura militar, engajando-se ativamente na educação e na formação de jovens no extremo sul da Bahia. Como pároco em Itamaraju, não apenas pregou os valores do Evangelho, mas também liderou iniciativas que promoveram a transformação social e o progresso comunitário.

A história de Frei Dílson ultrapassa sua vida pessoal, mostrando como a fé pode ser utilizada como instrumento de mudança social e resistência frente às adversidades. Na região do Extremo sul da Bahia, conhecida por sua produtividade agrícola, os conflitos sociais eram intensos, resultantes da desigualdade marcante entre fazendeiros ricos e trabalhadores rurais empobrecidos. Essa disparidade alimentava uma acirrada disputa pela posse da terra, culminando em tensões que frequentemente resultavam em conflitos armados e perda de vidas. A falta de resolução das questões fundiárias e a ausência de políticas públicas adequadas agravaram a situação, representando um desafio significativo para a justiça social e a equidade na região. Em entrevista Frei Dílson destaca brevemente a respeito da violência nesta região devido às disputas de terras:

*[...] Na época não se falava de movimentos Sem-terra não de MST, eram posseiros que viviam né lutando, brigando se defendendo da grilagem em terras porque este extremo sul da Bahia não é... era um verdadeiro... Barril de pólvora. onde, onde os GRANDES proprietários não é... não pensavam duas vezes em criar situações para expulsar os pequenos trabalhadores não é... das várias pequenas propriedades .... Eu já assistir humilhação de por exemplo: um cidadão não vou dizer de que município foi, mas na nossa região, né teve a sua propriedade invadida teve o seu filho espancado e humilhado na sua frente como um modo de forçar ele a vender a sua propriedade porque um tinha interesse em comprar [...] (Dílson, em 05 dez 2022)*

A vida de Frei Dílson é marcada por um compromisso com a justiça social e os direitos humanos. Membro da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos<sup>3</sup>, sendo este um seguimento da família franciscana, como o nome já diz tem o São Francisco de Assis como seu fundador. Esta ordem se divide em três pontos principais: a ordem dos Frades menores que (OFM); Ordem dos Frades conventuais (OFM.Conv); Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (OFM.Cap).

Nascido em 1954 em Canavieiras, na Bahia, ele se apresenta como uma figura central no extremo sul do estado, envolvendo-se ativamente na luta pela reforma agrária durante os anos da Ditadura Militar. Sua trajetória inspira uma investigação biográfica que destaca sua resistência às imposições do regime, além de explorar seu papel como líder religioso e defensor dos menos favorecidos.

A pesquisa sobre Frei Dílson começou com o acesso aos arquivos do SNI (Serviço Nacional de Informações), onde foram obtidas informações cruciais para compreender melhor sua vida e suas lutas.

A análise da biografia de Frei Dílson permite reconstruir sua história individual e examinar o impacto de suas ações e ideais em um período significativo da história brasileira. Ele se destacou como líder espiritual e como uma voz de resistência para aqueles que enfrentavam injustiças socioeconômicas e políticas.

Sua trajetória revela não apenas devoção religiosa, mas também um intenso engajamento político e social. Destacada no extremo sul da Bahia, sua vocação se entrelaçou com a defesa da equidade social e dos direitos fundamentais, sobretudo durante o regime militar. Frei Dílson foi além dos muros da igreja, posicionando-se ao lado dos menos favorecidos, apoiando a reforma agrária e enfrentando as adversidades impostas pelo regime autoritário e pela estrutura que o sustentava. Seu compromisso

---

<sup>3</sup>Disponível em: <https://www.capuchinhos.org.br/historia>  
Acesso em: 18/12/2024

com a educação e a formação dos jovens, tanto religiosa quanto socialmente, evidencia sua crença na transformação por meio do conhecimento e da conscientização.

A biografia de Frei Dílson não é apenas um relato pessoal, é uma forma de contar a sua história buscando reviver seu passado registrando sua trajetória, com o objetivo de fazer com que sua vida seja lembrada permitindo que suas contribuições e experiências permaneçam presentes. De acordo com Montagner (2007, p.255, *apud Bourdieu, 1996*) “Os acontecimentos biográficos são eventos em um fluxo social mais vasto, correspondem a abalos parciais cujo epicentro escapa ao ângulo de mirada do próprio agente.” Montagner faz um apontamento citando Bourdieu relacionados a temática da biografia sendo este um trabalho em constante movimento e adaptação no meio acadêmico. Não se restringindo a definições fixas, ou seja, sendo moldadas de diversas maneiras.

Outro autor que vem complementando a discussão sobre biografia é Alexandre de Sá Avelar no artigo: *Escrita da História, escrita biográfica das possibilidades de sentido*. Que vem destacando uma citação do Revel no qual faz uma breve abordagem a respeito da definição de biografia: “A biografia nunca teve fronteiras muito bem delimitadas. Pode-se dizer que uma das razões do seu perene sucesso editorial foi sua capacidade de romper limites canônicos estabelecidos e de ocupar espaços em meio a literatos e historiadores” (Revel, 2010, p.35 *apud Avelar, 2012, p.63*). Sendo a biografia um gênero literário flexível, seu sucesso se dá devido a sua habilidade de perpassar por diversos modos permitindo uma inserção na literatura e história de uma forma que atrai e que seja relevante em seus diversos contextos.

O engajamento de Frei Dílson nas questões sociais estava intrinsecamente ligado à sua fé e à sua compreensão das necessidades dos desfavorecidos. Ele não apenas ensinou, mas também defendeu reformas agrárias, educação de qualidade para todos e direitos civis, vendo essas causas como extensões de sua missão espiritual. Sua visão era informada tanto por suas experiências pessoais quanto pelo conhecimento adquirido através de interações com pessoas marginalizadas e suas lutas diárias.

No entanto, sua trajetória política não se limitou ao confronto com o regime vigente, que monitorava de perto suas atividades por meio do SNI (Serviço Nacional de Informações). Frei Dílson se destacou também por promover o diálogo inter-religioso e

por buscar soluções pacíficas para os conflitos locais, uma abordagem que visava unir diferentes comunidades em prol de objetivos comuns.

Frei Dílson Batista Santiago teve um papel significativo na relação entre a Igreja e movimentos sociais, especialmente no que diz respeito ao MST<sup>4</sup> (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Como grande defensor da reforma agrária, ele reconheceu que a distribuição equitativa da terra era essencial para garantir dignidade e direitos básicos aos trabalhadores rurais. Sua atuação nas comunidades do Extremo sul da Bahia envolveu a mobilização de agricultores em torno de suas demandas, promovendo a consciência política e a importância da luta coletiva.

A biografia de Frei Dílson Batista Santiago, construída a partir de seus relatos, é um exemplo claro de como a história oral e a memória interagem para dar vida a uma narrativa mais completa e humanizada. Nesse processo, a história oral se configura como a metodologia principal, permitindo que a própria voz do biografado revele não apenas fatos e cronologias, mas também interpretações pessoais, emoções e nuances que dificilmente seriam captadas por documentos escritos. Por meio da história oral, a biografia de Frei Dílson transcende o registro dos fatos e oferece um panorama mais subjetivo e experiencial.

Os relatos do próprio Frei Dílson funcionam como instrumentos de mediação entre o passado vivido e o presente narrado, evidenciando como ele se lembra e interpreta sua trajetória. A memória, nesse contexto, desempenha um papel ativo na construção da identidade do biografado, visto que não apenas guarda os acontecimentos, mas também os ressignifica, integrando-os em um discurso coerente e significativo ao longo de sua vida. De acordo com Marieta Ferreira (2002), que aponta uma abordagem sobre o uso da memória:

A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente. (Ferreira, 2002, p. 321).

---

<sup>4</sup>Para mais informações consulte: STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX / organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. . - (O Brasil Republicano; v.4)

Ao utilizar os relatos de Frei Dílson, a biografia explora como ele rememora eventos marcantes, suas motivações, desafios e conquistas. A memória, aqui, não é uma simples repetição do passado, mas uma recriação que incorpora as perspectivas e os valores que o biografado atribui a sua própria história. Isso permite que a biografia aborde questões mais profundas, como as influências sociais e culturais que moldaram suas escolhas, as transformações em sua visão de mundo e o impacto de seu trabalho na comunidade.

Assim, ao correlacionar história oral e memória na biografia baseada nos relatos de Frei Dílson Batista Santiago, evidencia-se que a biografia não é apenas um relato cronológico, mas um diálogo contínuo entre o passado e o presente, entre o vivido e o narrado. Esse diálogo revela não apenas quem foi Frei Dílson, mas também como ele deseja ser lembrado e compreendido, conferindo à obra uma dimensão interpretativa que valoriza a subjetividade e a profundidade de suas memórias. De acordo com a autora Marieta de Moraes Ferreira ela aponta embate numa perspectiva acadêmica a respeito do uso da história oral e da importância na academia:

Uma segunda abordagem no campo da história oral é aquela que privilegia o estudo das representações e atribui um papel central as relações entre memória e história, buscando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado. Nessa vertente a subjetividade e as deformações do depoimento oral não são vistas como elementos negativos para o uso da história oral. (Ferreira,2002, p.328).

O trabalho biográfico consiste em retratar a história do indivíduo dentro de um marco histórico específico, permitindo uma visão da história através de sua ótica pessoal no contexto da época. Para assegurar a veracidade desses relatos, é essencial utilizar referências que abordem a mesma temática, garantindo a credibilidade necessária após a conclusão do trabalho. Hélio de Lena Júnior (2012), no artigo intitulado *O ser camponês e o tornar-se comunista*, nos traz a importância da biografia assim como os cuidados nos quais devemos nos ater ao iniciar o trabalho biográfico. Apesar de parecer uma função fácil, no decorrer da escrita nos deparamos com algumas complicações que envolvem uma escrita de cunho biográfico.

Observa-se então a relação que se estende ao se tratar de biografia, ela perpassa por caminhos direcionando-se através do diálogo e a utilização da memória, sendo este o ponto chave ao se tratar de oralidade transformando-se em fonte.

Se tratando de fontes orais, Verena Alberti (2005), destaca a importância da fonte oral e sua relevância partindo do século XX, pode-se então compreender a história oral como uma reconstituição dos acontecimentos passados de relevante impacto ao tempo presente. Verena Alberti aponta: “A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita.” (Alberti,2005, p.155). Para desenvolver uma biografia bem organizada é preciso estar por dentro da vida do indivíduo para assim obter êxito na estruturação das informações.

Para os desdobramentos que estão em torno da utilização da história oral, pelo fato de ser uma metodologia ela abarca mecanismos em outras áreas mesmo dentro da área das ciências humanas no qual sempre que utilizada por uma área diferente irá se apropriar de seus mecanismos. De acordo com a autora, Verena Alberti (2005), vem trazendo este apontamento: “O trabalho com a História oral se beneficia de ferramentas teóricas de diferentes disciplinas das Ciências Humanas, como a Antropologia, a História, a Literatura, Sociologia e a Psicologia, por exemplo.” (Alberti, 2005, p.156). A utilização desta ferramenta tem o intuito de ampliar os conhecimentos no que diz respeito a experiências relatadas, vividas e registradas pelos sujeitos e relacionadas com o ouvinte. Isso sugere que a história oral pode ser uma ferramenta muito importante para capturar a complexidade das experiências humanas, permitindo uma compreensão mais ampla dos contextos sociais e culturais, possibilitando que as vozes dos indivíduos sejam ouvidas e valorizadas, oferecendo uma perspectiva única sobre eventos e vivências que, muitas vezes, não são suficientemente documentados nas narrativas oficiais. Com isso a história oral não é apenas ouvir o que o indivíduo tem a dizer, é extrair desses relatos o que foi vivido pelo indivíduo assim como o retrato histórico por trás dessa vivência.

## Frei Dílson: O homem o Padre e o político

5



Frei Dílson Batista Santiago é uma figura importante na história do extremo sul da Bahia, conhecido por sua atuação como religioso, militante político e defensor das causas sociais durante a ditadura civil-militar. Nascido em 25 de abril de 1954, em Canavieiras, Bahia, Dílson se mudou ainda criança para Arraial d'Ajuda, um pequeno povoado, onde enfrentou desafios significativos para acessar a educação, deslocando-se diariamente até Porto Seguro para estudar. Sua dedicação e talento o levaram a ser premiado como o melhor aluno do colégio municipal Pedro Álvares Cabral, o que lhe proporcionou uma viagem a Portugal. O Frei Dílson nos aponta:

*era previsto para a minha história por minha volta a Itália, sonhava sim com a conclusão de um curso, de um mestrado ou de um doutorado para mim também eu sonhava com o direito canônico ou talvez até.... .. todo padre, eu acredito nisso que todo padre sobretudo no começo da vida dele, ele sonha em ser bispo, São Paulo diz que se almejar coisas melhores são sempre coisa boa não é, mas uma coisa me chamou atenção, os meus superiores já tinham determinado que eu teria que depois da experiência e eu \*to\* ainda como pároco em Itamaraju eu teria que voltar para Itália para concluir se digamos assim um doutorado em direito canônico, mas eu me senti assim um baita de um egoísta, digo eu não posso me dar o luxo de voltar, para Roma, para Nápoles, de onde eu já tinha vindo e onde eu já tinha concluído não só o segundo grau mas boa parte também do curso superior de filosofia e teologia, disse eu não posso de forma nenhuma voltar para lá, só para esnobar diploma de mestrado de doutor, enquanto centenas e centenas de conterrâneos meus de conterrâneos meus eu tirei o direito de frequentar uma escola de segundo grau, [...] (Dílson, em 05 dez. 2022)*

Esse trecho reflete um dilema ético entre a busca pessoal por conhecimento e o senso de dever social. O Frei Dílson demonstra uma consciência profunda sobre o privilégio de sua educação e optar por um caminho de maior sacrifício, renunciando à oportunidade de mais estudos em prol do que ele entendia como ser uma causa maior.

Essa viagem foi apenas o começo de uma trajetória marcada por oportunidades de aprendizado e crescimento. Dílson foi para a Itália, onde prosseguiu com sua

---

<sup>5</sup>Imagem de Frei Dílson em 01 set. 2023. Acervo Pessoal.

formação religiosa e filosófica. Durante seu tempo na Europa, ele desenvolveu uma compreensão profunda das injustiças sociais e políticas, em âmbito local. Essa experiência o motivou a voltar ao Brasil, abandonando um mestrado na Itália, para se dedicar ao trabalho junto aos mais vulneráveis em seu país de origem.

Ao retornar ao Brasil em 1979, em um período marcado pela repressão da ditadura militar, Frei Dílson concluiu sua formação em Filosofia na cidade de Campinas em São Paulo no Instituto Teológico São Francisco. Sua educação filosófica e religiosa foi fundamental para moldar seu engajamento político e social. Ele utilizou seus conhecimentos para resistir ao regime autoritário, apoiando movimentos de resistência e oferecendo assistência espiritual e material às comunidades mais afetadas pela repressão. Sua atuação foi marcada por um compromisso profundo com a justiça social e os direitos humanos, sempre buscando a transformação social através da educação e do apoio às comunidades marginalizadas socialmente. Durante sua entrevista Frei Dílson aponta:

*Eu sempre tive desde pequeno algo que me chamava atenção até a mim mesmo, eu gostaria de revelar-lhes isto, até porque vai ajudar vocês compreenderem até as coisas que vocês vão ouvir depois porque disto será. Desde criança eu tive uma certa preocupação em ensinar, portanto eu tinha mania de professor, eu me lembro que quando eu era criança eu brincava de dar aula, e com esse brincar de dar aulas eu me lembro de ter alfabetizado algumas crianças, alguns coleguinhas que só tiveram a oportunidade de estudar porque eu brincava de dar aulas no quintal [...] o motivo que me levava a isto para mim é mais enriquecedor, já na época eu sabia que o analfabeto não votava e eu achava isto algo de [...] não sei, absurdo, então a minha preocupação era de ensinar as crianças aprenderem a escrever o nome para garantir o voto, daí eu fui descobrir a minha militância política partidária, que com o tempo em geral já estava em mim. (Frei Dílson, em 05 dez. 2022)*

Desde cedo, Dílson demonstrou uma vocação para o ensino e a liderança comunitária, organizando brincadeiras educativas que alfabetizavam seus amigos no quintal de sua casa. Essa paixão pela educação continuou ao longo de sua vida, influenciando sua atuação como religioso e ativista. Ele acreditava firmemente que a educação era uma ferramenta essencial para a emancipação social e política, e dedicou sua vida a promover o acesso a uma educação de qualidade para todos, especialmente para os mais desfavorecidos.

A educação nos possibilita um pensamento crítico, o ser e pensar estão entrelaçados, visto que através do modo de pensar o indivíduo busca mudar sua visão de mundo e conseqüentemente contribuir da melhor forma a perspectiva social. A realidade

da educação no Brasil no período da ditadura militar era escassa principalmente para as camadas dos trabalhadores rurais assim como destaca Paulo Freire: “Considerava que a alfabetização era o tema mais importante, uma vez que o nível de analfabetismo no Brasil continuava sendo extremamente alto. Além disso, me parecia profunda injustiça haver homens e mulheres que não sabiam ler ou escrever.” (Freire, 2011 p.142).

Dílson Batista Santiago passa a ser ordenado sacerdote religioso no dia 21 de dezembro de 1980, pelo Bispo de Caravelas, onde a diocese de Eunápolis, localizada no extremo sul da Bahia, era pertencente a Caravelas. Sendo o Bispo Dom Felipe Tiago Bruspe um Franciscano Holandês que atuava nesta Região. Juntamente com outros Frades Capuchinhos pertencente à Itália, Dílson Batista passou a ser então o primeiro Frade capuchinho da região do extremo sul da Bahia.

Inicialmente Frei Dílson dedicou-se a ensinar jovens interessados na vida religiosa e a buscar recursos para sustentá-los. Essa fase foi importante tanto para os jovens quanto para o próprio Frei Dílson, que começou a desenvolver suas habilidades de liderança. Posteriormente, ele foi transferido para a paróquia de Itamaraju<sup>6</sup>, onde se tornou pároco pela primeira vez, responsável pela paróquia de São Cosme e Damião. Em entrevista concedida Frei Dílson relata sua atuação ao chegar em Eunápolis:

*Vim para aqui para Eunápolis em 81/82, em 82 houve esse convite de seminário aqui, eu na época lecionava e sendo eu também frade Capuchinho tinha que trabalhar para garantir a manutenção desses jovens. Eu assumir algumas aulas lá naquele colégio. Em 83<sup>7</sup> Eu fui transferido para Itamaraju pela primeira vez, fui indicado pároco, quando fui como sacerdote católico ser responsável pela paróquia de Santo Cosme e Damião na cidade que era a única paróquia. Era a única paróquia que existia na época lá, era um município muito grande, hoje praticamente eram dois municípios que na época era um só. (Dílson, em 05 dez. 2022).*

O legado de Frei Dílson Batista Santiago destaca-se por sua atuação voltada à promoção da justiça social, dos direitos humanos e da educação. Sua resistência em períodos de repressão e seu trabalho junto a grupos socialmente vulneráveis evidenciam a utilização da fé, da educação e do engajamento social como instrumentos para a realização de mudanças estruturais na sociedade. Podemos destacar também que o meio social onde o indivíduo é inserido influencia para os desdobramentos que deseja traçar

---

<sup>6</sup>Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itamaraju/panorama>

Acesso em: 25/06/2024

<sup>7</sup>Observações sobre a atividade profissional de Frei Dílson para enfatizar melhor as informações oficiais. Ele exerceu atividade de pároco em Itamaraju-BA. Em 1983-1986. Disponível em: <https://www.al.ba.gov.br/deputados/ex-deputado-estadual/5000134>

Acesso em: 25/06/2024.

no decorrer da vida adulta. Com isso, o autor Bourdieu (1996), em sua obra *A ilusão Biográfica* sugere que a vida humana é fragmentada e contingente, sem uma coerência intrínseca. Que não tem um seguimento único, ou seja, ela se movimenta, sendo assim, ele propõe uma abordagem alternativa, que considera a vida como uma série de posicionamentos e deslocamentos em um espaço social em constante transformação, determinados pelas relações de poder e pelos diferentes tipos de capital envolvidos em um campo específico:

Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. O sentido dos movimentos que conduzem de uma posição a outra (de um posto profissional a outro, de uma editora a outra, de uma diocese a outra etc.) evidentemente se define na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado, dessas posições num espaço orientado. (Bourdieu,1996, p.190).

É importante destacar a formação religiosa de Frei Dílson, o que contribuiu significativamente para sua constituição enquanto indivíduo e político. Considerando o contexto em que o sujeito esteve inserido, uma região marcada por relações rurais e pela carência de recursos básicos para a subsistência, é possível observar que a transformação ocorreu por meio do acesso ao conhecimento, em um ambiente onde as condições de vida são mínimas.

A biografia é crucial para entender a história a partir de fontes orais, pois permite examinar o que constitui história legítima e o que pode ser questionado. As fontes orais muitas vezes fornecem perspectivas e detalhes que não são encontrados em documentos escritos, ajudando a enriquecer e aprofundar a compreensão histórica. Sendo estas duas áreas do conhecimento que se cruzam embora sejam diferentes. “A biografia reúne dois fatores distintos, mas não distantes. De um lado, há a trajetória de vida; de outro, a síntese histórica, representada pelo tempo social [...]” (Bisso,2012, p. 209). Por esta razão, torna-se quase impossível falar de uma história pessoal sem atrelar o fato histórico que envolve a história em questão. Portanto, trata-se de uma reconstrução no qual abarca fatores políticos e situação social, somando assim, como pontos de suas vivências.

De acordo com Halbwachs (1990), embora a memória seja muitas vezes associada a experiências pessoais, ela não é exclusivamente individual. Mesmo momentos que podem parecer íntimos e individuais, estes estão intrinsecamente ligados ao contexto social e às relações do sujeito com o meio em que viveu. A memória é, portanto,

influenciada por fatores externos, como a convivência com outras pessoas e o cenário político, além de ser mediada por diferentes contextos sociais.

Quando Halbwachs (1990), afirma que "esse acontecimento se interpõe como uma tela, entre ele e os pensamentos sociais cuja conjugação o elaborou." (Halbwachs,1990, p. 48). Ele está destacando que o indivíduo não compreende completamente um acontecimento sem considerar o contexto social e coletivo no qual ele se insere. A memória, nesse caso, é influenciada e elaborada por essas construções coletivas, e o indivíduo ao tentar se recordar de algo interage com essas memórias coletivas sem poder acessá-las isoladamente. Diante disso, podemos afirmar que ao entrevistarmos Frei Dílson estamos diante de experiências de memória individuais e coletivas que se refletem no seu engajamento político e social.

Logo, faz-se importante conhecer a própria formação do Frei para adentrarmos mais nessa discussão. É possível destacar questões fundamentais relacionadas às instituições religiosas nos quais Frei Dílson Batista esteve atuante, contribuindo significativamente para sua formação intelectual e sua visão sobre o mundo. Sua atuação nestes órgãos não apenas moldou sua perspectiva religiosa e filosófica, mas também o inspirou a se engajar em questões sociais e buscar ações que promovessem melhorias concretas na sociedade.

Suas experiências, registradas tanto em documentos oficiais quanto em relatos orais, oferecem uma perspectiva única sobre os eventos históricos da época, portanto, ao estudar a chegada dos holandeses e a permanência dos Capuchinhos, a análise das fontes orais pode complementar e enriquecer a narrativa histórica tradicional, experiências e impactos históricos.

Ao analisar as leituras de transcrição oral foi possível observar dentro das contribuições plausíveis a seguinte questão: O Frei Dílson possuía um amplo conhecimento crítico em relação a situação política do Brasil, especificamente na região do extremo sul da Bahia? O Frei Dílson deixa um Brasil imerso em uma crise política profunda, marcada por ataques à democracia, promovidos pelos militares. De longe, ele observa os diversos conflitos desencadeados por essa intervenção autoritária. Diante da repressão imposta, torna-se impossível realizar um acompanhamento diário dos acontecimentos nas principais regiões do país. No entanto, as notícias que chegam, filtradas e fragmentadas, revelam a intensidade da violência e da opressão que toma

conta das ruas, com a liberdade de expressão sufocada e os direitos fundamentais sendo sistematicamente desrespeitados.

Um exemplo disso é a oportunidade que o levou a buscar educação na Europa, especificamente na cidade de Nápoles na Itália. contexto no qual, apesar de estar no exterior, manteve-se informado sobre a situação política e social que o Brasil atravessava. Essa compreensão da conjuntura nacional levou-o a se posicionar em favor das causas sociais, iniciando, assim, uma reflexão sobre as questões políticas e sociais relacionadas à classe trabalhadora. Segundo ele, certos aspectos dessa luta já estavam presentes em sua trajetória. Ao longo da entrevista, Frei Dílson aborda questões pertinentes à sua visão sobre a ditadura no extremo sul da Bahia. Nesse contexto de regime civil-militar, é possível analisar o sentimento de frustração, que se relaciona ao alerta constante diante do medo de realizar até mesmo atos mínimos, como sonhar, devido às graves consequências que tais atitudes poderiam acarretar.

De acordo com Frei Dílson, mesmo no decorrer da infância ele traz em suas memórias lapsos de momentos após a implementação do golpe militar:

*A gente tinha conhecimento sim do que tinha acontecido, por mais que eu fosse um menino eu era um pouco para frente, gostava sempre de saber das coisas. Me informava, e sempre me deixou muito preocupado com a situação que a gente ouvia pela rádio, sobretudo aquela situação que nos encontrávamos. Meninos e meninas sonhadores, sonhavam com um país melhor, sonhavam com uma reforma agrária, sonhavam com uma educação não só para todos, mas uma educação de qualidade e por terem sonhado assim até mesmo assassinado a gente ouvia. (Dílson, em 05 dez. 2022).*

Nesta citação, o Frei Dílson aponta como estava a situação e a sensação que se tinha após esse golpe militar e os impactos desencadeados a partir daquele momento, é possível perceber que mesmo sendo criança por volta dos seus 10 anos de idade tendo ele nascido no ano de 1954, tempo suficiente para uma criança ter percepção do que acontece no seu entorno, estas eram crianças que se atentavam ao estado que se encontravam o país assim como a situação de sua região.

A partir desta perspectiva que o Frei Dílson pontuou, é possível compreender a magnitude de conjuntura regional que culminou numa formação política de uma juventude ainda no período de sua infância que se mantiveram atentos às transformações do dia a dia, levando em consideração que era no extremo sul da Bahia um lugar majoritariamente rural a exemplo de Arraial D'ajuda sendo está ainda uma vila de pescadores. Com isso, é possível compreender que em termos gerais às várias

definições para o ser que migra do conhecimento em torno de suas vivências no interior para uma realidade política e ideológica nas mais diversas regiões.

A relação que mantinha com o Brasil se dava exclusivamente por meio de veículos de informação, como jornais que eram transmitidos através de bilhetes, passando de pessoa em pessoa entre aqueles que se encontravam na mesma situação e buscavam se manter informados sobre as questões vivenciadas pelos brasileiros durante a ditadura civil-militar. Nesse primeiro momento, ele se manteve distante das manifestações de rua, pois, em 1969, Frei Dílson era adolescente, com aproximadamente 14 a 16 anos de idade.

De acordo com a autora Sandra Barbosa (2013), a qual aponta para um processo de politização dos jovens baianos, muitos dos quais, posteriormente, se engajaram com movimentos de esquerda durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985).

A maioria dos jovens baianos, os quais, mais tarde, vieram a se tornar militantes de partidos e organizações da esquerda, começou a se posicionar política e ideologicamente contra a ditadura militar brasileira no período em que frequentava o curso secundário. No decorrer desse processo de politização, esses estudantes assumiram as mais diversas tendências políticas e atuaram em diversas frentes de resistências. (Barbosa, 2013, p.41).

É possível ver destacado a importância da juventude no processo de resistência ao regime militar brasileiro, evidenciando tanto a diversidade ideológica quanto o papel ativo dos estudantes na luta pela liberdade e pela democracia. Ela também reflete a conexão entre educação e politização, mostrando como os jovens, ainda no secundário, eram capazes de se organizar e de contestar um sistema opressor.

Durante a Ditadura Militar, o regime implementou um aparato de censura que visava controlar as informações que circulavam, tanto dentro do Brasil quanto para fora. Isso foi feito por meio de restrições à imprensa, censura prévia e apreensão de publicações. Como resultado, muitos cidadãos buscaram meios alternativos para se manterem informados sobre o que acontecia no país, sobretudo sobre as violações de direitos humanos, os movimentos de resistência e as lutas políticas.

O autor Paulo Cesar Gomes nos traz informações sobre o drible da censura:

A resistência democrática da igreja também se expressou de outras maneiras. Determinados membros do clero elaboraram diferentes estratégias para driblar a repressão contra si e os outros. Podemos citar o fato de terem montado uma rede de comunicações própria que lhes permitia estar a par das ações repressivas de modo geral. Eles recebiam dados de diversos setores de

vários níveis da sociedade e os utilizavam a favor dos opositores, isso numa época em que o sistema de telecomunicações do Brasil ainda era incipiente. (Gomes, 2014 p.60).

A ideia de que as informações chegavam através de bilhetes, passando de pessoa a pessoa, reflete a realidade de uma comunicação clandestina, onde a censura oficial tentava impedir o fluxo de informações, mas a sociedade, por meio de redes informais e de solidariedade, se organizava para contornar essa limitação.

A troca de informações por bilhetes, embora clandestina, desempenhou um papel crucial na preservação da memória histórica e no fortalecimento da resistência popular ao regime. O uso criativo de canais de comunicação alternativos também é um reflexo da busca por liberdade em um período de repressão intensa, mostrando como as pessoas tentavam, de maneiras pequenas, mas significativas, manter viva a chama da democracia e da justiça em tempos de turbulência política.

Posteriormente, já como pároco recém-formado, Frei Dílson observou que a dinâmica religiosa no interior da Bahia se tornava mais complexa quando inserida em um contexto de conflitos sociais. Suas experiências em São Paulo e o envolvimento nos movimentos estudantis influenciaram significativamente sua atuação. Nessas manifestações, ele demonstrou seu descontentamento com o governo, considerado por muitos como ilegítimo. À vista disso o Frei Dílson aponta que:

*Ao retornar em 1978 eu me lembro de eu, padre, vestido com minha batina e chegando em Salvador eu me deparei com uma manifestação de estudantes eu não sei na época já era alguma manifestação pelas ruas embora tenha ganhado as ruas já em 84 ou 85, eu sei que em 78 a turma já começava a manifestar-se mais assim abertamente embora mesmo sofrendo ameaças. (Dílson, em 05 dez. 2022).*

A atuação de um padre engajado politicamente reflete uma tentativa de responder as demandas sociais urgentes, como a defesa do direito de escolha, a luta por uma educação de melhor qualidade e a busca por melhorias nas condições de vida. Frei Dílson traz em suas memórias que o povoado de Eunápolis era conhecido como o maior povoado do mundo, no entanto ele aborda situações de infraestrutura causada pela ditadura a falta de recursos básicos de higienização, isto ainda na década de 1980. Frei Dílson mobilizava a juventude católica ao qual ele liderava, para pensar além de ler a bíblia e ter uma postura religiosa, mas sem deixar de analisar as questões sociais e buscando transformação da sociedade:

*era um dia de janeiro, fato que que Eunápolis era um povoado na época ele se vangloriava de ser “o maior povoado do mundo” Mas aí a gente é tem*

*tentando se conscientizar a juventude na época a juventude católica né na igreja católica a gente tentava mostrar para aqueles jovens que nós não podíamos deixar de forma nenhuma nos contentar de ler a bíblia de rezarmos o terço sem assumirmos um compromisso de contribuir com a transformação da sociedade.(Dílson em 05 dez, 2022).*

isso serve de exemplo para a relação da educação e o papel social visto que essas ações eram consideradas subversivas pelos órgãos do Estado no período da ditadura militar no extremo sul da Bahia, diante disso o Frei Dílson aponta:

*E o que nós vivíamos em Eunápolis era um lugar que um verdadeiro escândalo era montanhas de lixo eu nunca tinha visto tanto lixo como era Eunápolis na década de 80 tinha essa vangloria de ser a maior e... o maior povoado do mundo, mas tinha tinha muito lixo infelizmente. E ali, a gente sentia na pele as consequências da ditadura. Eu me lembro que quando eu acompanhei a juventude para irmos varrer as ruas de Eunápolis um ato de protesto, alguém mandou um recado é... diga para aquele padreco que quem brinca com fogo corre risco de se queimar. Ali eu tinha entendido muito bem essa mensagem... e porque querendo ou não querendo as, os tentáculos digamos assim estava esparramado em todo e qualquer manifestação de discordância era considerado um ato de subversão. né... não foi bem cedo que começaram a me chamar de padreco comunista. (Dílson, em 05 dez. 2022).*

A pauta educacional foi uma das primeiras a aparecer na vida do frei Dílson, visto que ainda criança já desenvolveu esse senso, mesmo que como prática de diversão. Podendo ver refletido nessa prática a urgência do aprender para aquela sociedade pra estava prestes a vivenciar um dos maiores ataques na educação através da repressão e da limitação do saber. Mesmo com toda a dificuldade já existente para que toda a população pudesse receber uma educação que fosse gratuita e de qualidade. Com isso o autor Paulo Freire (2000), aponta: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

Essas pautas eram reivindicadas tanto pela sociedade em geral quanto pelos trabalhadores rurais. Visto que se tratando de um período em que o indivíduo precisava de uma educação como forma de melhoria de vida, porém a situação sócio econômica dificultava o acesso ao ambiente escolar.

“Considerava que a alfabetização era o tema mais importante, uma vez que o nível de analfabetismo no Brasil continuava sendo extremamente alto. Além disso, me parecia profunda injustiça haver homens e mulheres que não sabiam ler ou escrever.” (Freire, 2011 p.142) A citação destaca a alfabetização como essencial para combater o

analfabetismo, visto como uma injustiça que perpetua desigualdades. Ela reflete a educação como ferramenta de transformação social, promovendo autonomia e participação cidadã, alinhando-se a movimentos como o de Paulo Freire, que entendiam a alfabetização como caminho para uma sociedade mais justa.

Reflete uma perspectiva pedagógica que valoriza a troca de saberes entre educadores e educandos, reconhecendo os camponeses como portadores de conhecimento. A ideia sugere que o processo educativo deve ser dialógico, onde ambas as partes aprendem e ensinam. Essa abordagem, alinhada à pedagogia de Paulo Freire, reforça o respeito às vivências e à cultura dos educandos, enxergando-os como sujeitos ativos na construção do saber, especialmente em contextos como o rural, onde a experiência prática tem muito a contribuir.

Segundo contribuições da autora Cristiane Santana, (2020), na qual retrata a Ação Popular, juntamente com o Movimento Estudantil Brasileiro (MEB), estes adotaram o método de alfabetização popular desenvolvido por Paulo Freire.

Paralelamente ao MEB, a Ação Popular participou também de um sistema de alfabetização popular baseado no método do educador Paulo Freire. Ele acreditava que a educação deveria tornar o homem consciente de sua liberdade no mundo, da sua possibilidade de escolhas e opções e da sua capacidade crítica em relação à sociedade na qual ele vivia. (Santana, 2020, p.34).

Assim, a alfabetização não era vista apenas como uma ferramenta de aprendizado, mas como um meio de transformar as pessoas em sujeitos ativos e conscientes, capazes de atuar na transformação social.

Além da alfabetização, o comunismo era um tema muito em voga naquele contexto. Tinha-se exemplos de revoluções comunistas vitoriosas como a Chinesa e a Cubana e desde os anos 60 que o ser comunista passava a ser sinônimo de perigo para muitos militantes e nesse contexto da ditadura no qual o Frei estava inserido mais ainda. O comunismo visa atender os interesses da classe trabalhadora como um todo, barrando as distinções de classe de dominação do homem sobre o homem tornando todos em comum com interesses comuns. Ao ser questionado pela sua mãe sobre o que significa o termo comunismo Frei Dilson destaca:

*Um dia ela ouviu de alguém que o filho dela era comunista. Ai ela me chamou – que história é essa? Tô sabendo que você é comunista o quê que é isso mesmo? Ai eu fui explicar para ela o quê que era comunismo: um povo que sonha viver em comum e colocar em comum aquelas coisas que é de*

*direito de todos. E eu fui procurando traduzir esmiuçar... Sonhar com terra para todos, sonhar não é com educação de qualidade para todos e eu me lembro na medida que eu avançava a explicando a mamãe o que que eu entendia por comunismo e o que que eu tinha aprendido digamos assim a história de um Haroldo <sup>8</sup>Lima na história de tantas outras figuras de Marighella<sup>9</sup>, tantas outras figuras bonitas que nós temos neste país... os olhos de mamãe brilhava certo momento ela virou para mim e disse – se comunismo for isto, pois eu também sou. ainda brincou você não roubou não você herdou.(Dilson, em 05 dez. 2022).*

O termo comunista estava associado a todos aqueles considerados subversivos pelo governo, aqueles que buscavam melhorias na sociedade para a classe trabalhadora num período onde fazer críticas de cunho político e social era considerado perigoso para o regime da ditadura. Podemos perceber algumas situações de manifestações sendo de forma direta e indiretamente reprimida.

A forma do Frei Dílson de se identificar com o comunismo relacionava-se com essa postura de conscientização de classe, visando melhorias na forma educacional e com a visão do que estava acontecendo numa conjuntura nacional. Além do mais uma amplitude de compreender um modo de ação dita comunista destaca-se por ver uma sociedade totalmente justa compartilhando interesses comuns para o bom desempenho humano sendo contra toda forma de exploração, e degradação da natureza visto que a natureza promove o bem-estar da humanidade.

A intersecção entre a articulação política e a prática religiosa se manifesta de maneira evidente na atuação de Frei Dílson, que se destacou pela participação ativa em debates públicos e pelas análises críticas que elaborava em suas entrevistas. Durante sua estadia na Europa, desenvolveu uma percepção mais aprofundada das desigualdades sociais e educacionais no Brasil, o que reforçou seu compromisso com a defesa dos direitos das populações marginalizadas e vulneráveis.

---

<sup>8</sup> Haroldo Lima: foi um político e engenheiro baiano da cidade de Caetité, perseguido no período da Ditadura Militar por se posicionar contra o golpe de 1964.

<sup>9</sup> Carlos Marighella: militante político, foi filiado ao Partido Comunista Brasileiro-PCB, posteriormente tornou-se fundador da ALN, organização que visava combater a repressão da Ditadura.

## **“Crucificadores do Povo”: Frei Dílson, a terra e o SNI**

Durante o período da Guerra Fria, observou-se uma divisão de blocos políticos com interesses conflitantes entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética, cada um buscando expandir sua influência global. Ambos os blocos empregavam discursos ideológicos distintos para conquistar o apoio das populações e assegurar alianças, em um cenário de guerra ideológica. Enquanto os Estados Unidos fundamentavam seus valores no liberalismo e na defesa da civilização cristã, os soviéticos priorizavam a igualdade, a reforma e a revolução social, ambos se acusando mutuamente de ameaçar a democracia que alegavam defender. Entretanto, quando a defesa da democracia contrariava seus próprios interesses, era rapidamente descartada em favor da conquista de seus objetivos estratégicos. Esse fenômeno é refletido nos eventos ocorridos no Ocidente, particularmente no Brasil. Para compreendermos essa conjuntura antecedente ao golpe o autor Carlos Fico (2014), aponta:

Grupos nacionais, com o apoio dos Estados Unidos, patrocinaram, entre 1961 e 1964, uma grande campanha contra o presidente João Goulart que envolveu muito dinheiro e extensiva atividade de propaganda. Alguns analistas importantes veem uma continuidade quase natural entre a campanha de desestabilização e a conspiração pela derrubada de Goulart. Para eles, o golpe de 1964 decorreu da falta de votos das forças políticas contrárias a Goulart. Assim, o golpe seria o único caminho viável para a conquista do poder. (Fico, 2014, p.30-31).

No contexto nacional de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, começaram as articulações por parte dos ministros militares para evitar que seu vice-presidente, João Goulart, assumisse a Presidência da República. O autor Paulo César Gomes (2014) aborda:

A vitória do legalismo e a chegada de João Goulart à presidência, mesmo com poderes restritos, impulsionou o crescimento de movimentos sociais populares por todo o país. A possibilidade da implantação de um projeto nacional-estatista mostrava-se cada vez mais plausível. As reformas passaram a fazer parte do vocabulário político daqueles anos entendiam a multiplicar seu alcance: reforma agrária, reforma urbana, reforma tributária, reforma universitária, entre outras. (Gomes, 2014, p. 41).

Essas questões principais dividiram a sociedade daquele período, contando com o apoio dos conservadores, dos religiosos e dos Estados Unidos na articulação do jogo político. Esse cenário culminou na derrubada de João Goulart e na subsequente implementação do golpe militar.

A experiência da grande revolução cubana liderada por Fidel Castro, que ocorreu em Janeiro de 1959, onde visou expulsar a dominação do Estados Unidos representado pela

figura de Fulgêncio Batista, tende a retratar um modelo de experiência socialista na América Latina, um dos objetivos desta revolução em sua prática, foi combater a fome e a pobreza, visando melhorias para a classe trabalhadora representada pelo setor dos camponeses e da educação.

Diante desses acontecimentos de conjuntura mundial, cabe destacar a Revolução Cubana liderada por Fidel Castro, fazendo com que os Estados Unidos tomassem medidas de boicote à ilha, as camadas do setor do campo e da educação mostraram uma das maiores medidas do governo cubano se tornando-se uma grande referência de transformação social.

Esses fatores são cruciais para compreendermos as causas do golpe, que resultaram de uma articulação contra os avanços populares ameaçados por estruturas externas, como os Estados Unidos, que justificavam suas ações com o discurso de segurança nacional. Assim, um regime democrático foi deposto para instaurar um regime ditatorial, voltado para a defesa de interesses específicos.

Para entender a conjuntura que levou à criação de um órgão de espionagem voltado para combater os "subversivos" em todas as esferas nacionais, foi relevante considerar o contexto em que surgiu o Serviço Nacional de Informações (SNI). De acordo com Fico: "O SNI era o órgão do SISNI. Seu chefe tinha status de ministro de Estado e assessorava diretamente o presidente da República. Competia-lhe superintender e coordenar as atividades de informações em todo território Nacional." (Fico,2001, p.81).

O SNI foi criado no âmbito da Ditadura Militar, em 1964, pela Lei nº 4.341 de 13 de junho de 1964. Essa lei visava investigar e capturar pessoas envolvidas em atividades subversivas, conforme especificado no artigo 1º da legislação da época. "É criado, como órgão da Presidência da República, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual, para os assuntos atinentes à Segurança Nacional, operará também em proveito do Conselho de Segurança Nacional"<sup>10</sup>.

É possível observar no artigo 2º da Lei que utiliza de um discurso em nome da *segurança Nacional*: Artigo 2º da constituição em vigor da época "O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território

---

<sup>10</sup>Os dois artigos da lei - Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/imagens-e-documentos-do-periodo-de-1964-1985/servico-nacional-de-informacoes-sni>  
Acesso em: 28/07/2024.

nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional”.

Em parceria com os Estados Unidos, uma das maiores instituições no campo do conhecimento e coleta de informações foi a Escola Nacional de Informações (EsNI), que se tornou um importante braço do Serviço Nacional de Informações (SNI).

O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi um importante órgão do governo brasileiro, inicialmente comandado por Golbery do Couto e Silva<sup>11</sup>, e composto predominantemente por militares focados na coleta e análise de informações. “Ele produzia e mandava produzir informações. Entretanto, é provável que tenha se envolvido em operações de segurança, eufemismo utilizado na época para designar operações policiais repressivas que incluíam prisões e interrogatórios.” (Fico, 200, p.81).

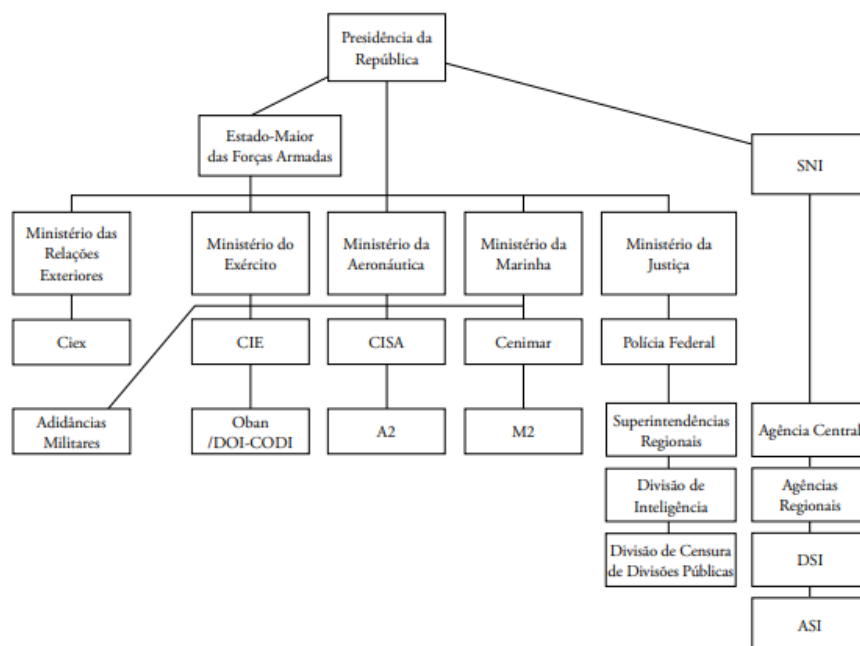
O impacto dimensional dessa estrutura é capturado na célebre frase do general criador do órgão: “*criei um monstro*”<sup>12</sup>, referindo-se à magnitude do Serviço Nacional de Informações (SNI). Os 23 departamentos do SNI, embora operassem de forma independente, tinham um ponto comum que os unia: todos respondiam diretamente à Presidência da República, que era o único órgão ao qual todos estavam subordinados. Esses departamentos, apesar de serem independentes, compartilhavam um elemento comum que os interligava: todos respondiam diretamente à Presidência da República, que era o único órgão ao qual estavam subordinados.

Vejamos abaixo um modelo do organograma do SNI e seus departamentos:

---

<sup>11</sup>Chefe do SFICI durante o governo Jânio Quadros, cabendo a Subseção de Operações (SSOP) do órgão ao então coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo, que viria a ser o último presidente do período ditatorial. - *Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)*

<sup>12</sup>*Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)*



*Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)*

Cabe destacar que, antes da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), já existia uma estrutura de espionagem com funções similares. O SNI apenas integrou um novo mecanismo de atuação e distribuição de funções, aproveitando o sistema já existente. Para se entender a magnitude estrutural do SNI, Carlos Fico (2001), aponta que:

Além dos órgãos da chefia (o próprio ministro-chefe, seu gabinete e uma Seção de Comunicações), o serviço contava com uma Secretaria Administrativa, uma Inspeção Geral de Finanças, uma Agência Central e agências regionais. A Agência Central organizava-se segundo três seções: Informações Estratégicas, Segurança Interna e Operações Especiais. Esta última cuidava de busca de informes quando não era possível obtê-los através dos órgãos de colaboração ou cooperação a organização da Agência Central inspirava a das regionais. Segundo a avaliação de um dos seus chefes, general Carlos Alberto da Fontoura (1969-1974), o SNI contava com cerca de 2.000 funcionários, além de colaboradores espontâneos ou remunerados. Durante a gestão do general Ivan de Souza Mendes (1985-1990), o órgão chegou a ter aproximadamente 2.500 servidores. (Fico,2001, p.81-82).

Em 25 de fevereiro de 1967, foi instituído o decreto nº 200, que promoveu uma reforma significativa tanto no setor administrativo quanto no operacional, com ênfase na modernização das táticas e na melhoria das ferramentas <sup>13</sup>utilizadas para a obtenção

<sup>13</sup>Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

de informações. Esta reforma abrangia todo o sistema organizacional relacionado à administração pública.

O trecho a seguir ilustra como foi realizada a primeira regulamentação do SNI, com o objetivo de aprimorar tanto a estrutura ditatorial do sistema quanto o desempenho de seus agentes. As adequações feitas buscaram atingir o estágio mais eficiente possível de operação e controle.

A primeira regulamentação do SNI foi o Decreto no 55.194, de 10 de dezembro de 1964, que previa uma chefia civil ou militar de confiança do presidente da República e assistentes, e um gabinete com status de ministério, além de uma agência central no Distrito Federal e agências regionais. A agência central estava organizada em Chefia, Seção de Informações Estratégicas, Seção de Segurança Interna e Seção de Operações Especiais. As agências regionais estruturaram-se nos mesmos moldes, porém, com menor número de agentes.<sup>14</sup>

É possível perceber tentativa do regime militar de criar uma estrutura de inteligência eficiente e controlada centralmente, que pudesse responder diretamente ao presidente e desempenhar um papel crucial na segurança e na manutenção do poder. O SNI foi projetado para ser uma organização poderosa, com uma estrutura claramente definida para lidar com diferentes aspectos da segurança nacional e da coleta de informações.

A primeira regulamentação do Serviço Nacional de Informações (SNI) foi estabelecida pelo Decreto nº 55.194, de 10 de dezembro de 1964. Esse decreto formalizou e estruturou o SNI, criando uma organização que deveria ser chefiada por uma pessoa de confiança do presidente da República, podendo ser um civil ou militar. A escolha dessa liderança visava garantir a subordinação direta do SNI ao mais alto escalão do governo, refletindo a importância estratégica do órgão no novo regime militar.

O decreto também conferiu ao SNI um gabinete com status de ministério, destacando sua relevância e influência dentro da administração federal. A estrutura organizacional do SNI incluía uma agência central localizada no Distrito Federal, composta por várias seções: a Chefia, responsável pela liderança geral; a Seção de Informações Estratégicas, dedicada à coleta e análise de dados cruciais para a segurança nacional; a Seção de Segurança Interna, encarregada da proteção interna do órgão; e a Seção de Operações Especiais, voltada para operações específicas e discretas.

---

<sup>14</sup> Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

Além da agência central<sup>15</sup>, foram criadas agências regionais que, embora seguissem a mesma estrutura, operavam com um número menor de agentes. Essa descentralização visava expandir a capacidade de coleta de informações e operações do SNI em diversas regiões, mantendo, no entanto, uma padronização na estrutura organizacional. O objetivo geral do SNI era consolidar o controle e a segurança nacional sob o novo regime, refletindo sua função crítica na manutenção do poder e na repressão a possíveis ameaças.

Cabe destacar algumas das funções do Serviço Nacional de Informações (SNI), que consistiam em classificar as informações como "secretas" ou "ultrasecretas", de acordo com os interesses da Segurança Nacional. A agência central (AC) do SNI era responsável por manter relações com outras agências<sup>16</sup>, cooperando na análise minuciosa das informações obtidas e na implementação de estratégias de informação. Todo esse material era repassado diretamente à Presidência da República, que era considerada seu "único cliente" durante a Ditadura Militar.

Entre as funções do SNI estavam o acionamento de órgãos de busca, o treinamento e a instrução de seus agentes, o arquivamento tático de documentos para facilitar consultas quando necessário, e a manutenção de diários sempre atualizados. Esses diários garantiam que as agências regionais (AR) seguissem os mesmos padrões da agência central, reportando detalhadamente tudo o que ocorria nos setores de interesse nacional e em órgãos municipais.<sup>17</sup>

Essas práticas refletem a magnitude e a sofisticação do SNI em se infiltrar nas camadas da população sem chamar a atenção. O SNI era estruturado em seções, incluindo a Seção de Informação, a Seção de Segurança Interna e a Seção de Operações Especiais. Cada seção tinha responsabilidades específicas, visando implementar as melhores estratégias para o avanço estrutural da espionagem e para o cumprimento dos objetivos do regime.<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup>Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

<sup>16</sup>Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

<sup>17</sup>Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

<sup>18</sup>Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

Outro fator imprescindível a ser destacado é o papel crucial dos chefes do Serviço Nacional de Informações (SNI) nas suas operações. Os líderes do SNI eram membros ativos do Regime Militar, desempenhando um papel fundamental no monitoramento dos relatórios diários e na coordenação das funções do órgão. Isso destacava o SNI como o único órgão cuja eficácia e visibilidade eram diretamente definidas por suas ações operacionais. De acordo com Carlos Fico (2001), é possível destacar que:

Ia-se constituindo a teia legal e conceitual que amparava o funcionamento da comunidade de informações: os ministérios integravam o Sistema Nacional de Informações (SISNI) através das respectivas DSI, cujas atividades competia ao SNI superintender e coordenar, visando à produção de “Informações Nacionais”. (Fico, 2001, p. 79).

A citação revela como o Sistema Nacional de Informações (SISNI) foi estruturado para integrar diversos ministérios sob uma coordenação centralizada do SNI. Esse arranjo permitia uma gestão centralizada e eficaz da informação, essencial para a segurança nacional e para a formulação de políticas. A integração e coordenação propostas pela citação mostram a importância da centralização no sistema de inteligência para garantir uma resposta uniforme e eficaz às questões de segurança e informação.

Dentro da exposição do Serviço Nacional de Informações (SNI), é possível destacar um informe produzido pelos agentes de informações que monitorava as atividades do Frei Dílson no extremo sul da Bahia. Este informe, gerado pela Agência Regional (AR), tem como tema: “Atuação do Frei Dílson Batista Santiago” em 10 de junho de 1984. São nestas fichas de depoimentos documentadas e registradas que foi possível ter o conhecimento do Frei Dílson conhecido como Padre de esquerda que realizava missas com assuntos considerados Subversivos.

A presença e atuação do SNI na região não só implicavam em uma vigilância constante, mas também em ações de repressão direta contra aqueles que eram vistos como ameaças à estabilidade do regime. As atividades de Frei Dílson e outros líderes foram monitoradas de perto e a repressão foi uma resposta comum a qualquer forma de resistência organizada.

Ficando em evidência a desigualdade social e uma disputa acirrada pela terra, a qual tem gerado consequências devastadoras, entendendo a importância de uma política de reforma agrária, esta surge como solução para essa disputa, tornando-a mais justa para o

trabalhador rural que sustenta e mantém uma casa sendo este recurso único e exclusivo da terra. Diante disso, Mario Grynszpan (2007), nos destaca a conjuntura nacional antes do golpe de 1964:

O período que antecedeu ao golpe de 1964 foi marcado por uma forte e extensa mobilização no campo, ocupando a reforma agrária no centro do debate político. De fato, atingindo as bases do poder dos grandes proprietários, que detinham uma força considerável em um país onde, em que pese o acelerado êxodo rural, cerca de metade da população habitava no campo, a reforma agrária representou um claro divisor de águas, indicando um dos principais limites do sistema político.<sup>19</sup>(Grynszpan,2007,p.319).

É importante analisar a conjuntura nacional, uma vez que também influenciava as questões municipais, considerando que a área de atuação da reforma agrária se expandia para as pequenas cidades, as quais também sentiram os impactos dessas lutas. Essas mobilizações intensas no Congresso para a implementação da reforma agrária foram fatores determinantes para o golpe ocorrido em 31 de março de 1964, visto que se tratava de uma política popular que se tornou alvo de perseguição nas disputas políticas.

Além disso, é relevante destacar a articulação de organizações de esquerda que foram criadas no país com o objetivo de enfrentar a ditadura. Segundo Gorender (1987), “Ao iniciar-se o ano de 1969, a ALN e a VPR concluíram que o comprometimento prático com a luta armada se confirmou acertado diante do fechamento completo da ditadura militar.” (Gorender, 1987, p.153).

Para evidenciar as atrocidades cometidas pelo aparato repressivo da Ditadura no contexto da conjuntura nacional, é pertinente mencionar o autor Jacob Gorender (1987), que aponta o conflito entre a direita e a esquerda no campo de luta. A esquerda atuava no combate em diversas frentes, incluindo os movimentos de luta armada nas capitais.

Em outras frentes de lutas, a esquerda se articulou no aspecto da luta do campo e trabalho de conscientização de classe, sendo uma delas posteriormente representadas pelo Frei Dílson em suas ações investigado pelo SNI. Cabe destacar que esses conflitos estendiam até mesmo na região nordeste, ao exemplo do extremo sul da Bahia, seguindo suas especificidades de luta.

---

<sup>19</sup>O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX / organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. . - (O Brasil Republicano; v.4)

Muitas destas situações estendiam-se para uma ocupação por parte dos trabalhadores rurais como forma de expressar a sua indignação assim como atrair atenção das autoridades como luta para obter a posse da terra em questão, levando ambos a brigar também judicialmente deixando-os tanto fazendeiros quanto posseiros a mercê de um acordo judicial que quase nunca saia ou fosse favorável a algum dos envolvidos. A luta por terras nesta região se dá desde as décadas de 1970 ao tratarmos de uma matéria jornalística sobre invasões na cidade de Eunápolis:

Desde a madrugada de terça-feira, cerca de 5 mil trabalhadores rurais, desocupados, proprietários de imóveis, e moradores de periferia de Eunápolis, invadiram, em grupos armados, todos os terrenos limitrofes à cidade, a maioria de propriedade do grande fazendeiro Ivan de Alveida Moura. Outras duas fazendas, de Edmundo Borges e Moises Reis foram também invadidas por homens, mulheres e crianças armados de foices, facões, picaretas, pás e enxadas.

Os grupos invadiram os terrenos, tocaram fogo em grandes extensões, derrubaram as cercas de arame farpado e foram demarcando os lotes, com dimensões de 30 metros de frente por 50 de fundo. Na confusão de demarcação desordenada houve lutas entre os grupos. Pelo menos seis dessas disputas ocorreram durante o dia de ontem, embora não se tenha notícias de feridos graves. (**Jornal A tarde. em 02, out. 1975**).

Essa citação descreve um evento de invasão de terras em Eunápolis, envolvendo trabalhadores rurais e moradores de periferia que tomaram terrenos de grandes fazendeiros e procederam à demarcação de lotes de forma tumultuada e conflituosa. O objetivo deste acontecimento é mostrar o que acontecia em algumas cidades do extremo sul da Bahia com relação a terra visando que esta ação é para resolver um problema nacional no que se refere a política de reforma agrária. No extremo sul da Bahia cabe destacar também que houve conflitos com armas brancas para obtenção de algum resultado que fosse favorável aos membros da ocupação.

As disputas por terras faziam parte do grande cenário político sendo a luta pela reforma agrária o ponto central destas disputas. Como Mario Grynszpan (2007), vem destacando: “Um dos efeitos das mobilizações e dos debates que marcaram o período anterior ao golpe foi a disseminação, inclusive nas próprias cidades, de uma noção de que a reforma agrária era uma medida legítima e necessária para o país.” (Grynszpan, 2007, p.321).

As lutas que antecede as ligas do campo dentro do Brasil Republicano vai de 1940 a 1960 período em que começa a surgir as primeiras organizações camponesas sendo estas a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil a (Ultab), outros

órgãos também participaram de forma ativa nestas disputas como os partidos políticos e órgãos religiosos.

Partindo da necessidade de uma política de reforma agrária mais consolidada e que unisse os trabalhadores rurais, surge nessa conjuntura o MST no sendo que pouco antes a igreja católica já estava em movimentação servindo de base para a sua criação nas lutas pelas terras no Brasil entre as décadas de 1970 assim como aponta Grynszpan:

Um ator que desempenhou um papel central nas lutas pela terra no Brasil, nos anos 1970, e que depois foi fundamental na criação e na consolidação do MST, foi a igreja católica. A sua presença no campo, é claro, não era nova. Efetivamente novo era o sentido de que as ações de alguns de seus setores passaram a se revestir, confluindo para uma linha de oposição e de denúncia do regime militar. (Grynszpan,2007, p.332).

O MST é formado em 1984 partindo de um primeiro encontro na cidade de Cascavel no Estado do Paraná tendo suas lideranças vinda de lugares da região sul do Brasil como da região norte conquistando espaços na região nordeste suas primeiras pautas já indicava uma grande mudança na caminhada da luta pela terra no país. O frei Dílson aponta suas primeiras ações e contato com o MST:

*eu mobilizei a juventude quando tinha ouvido dizer que no município de Alcobaça um grupo proveniente do Rio Grande do Sul, um grupo composto de 3 elementos Ademar Bogo Jaime Amorim não sei o que [...] eu só me lembro do sobrenome estes 3 cidadãos vieram de lá com o intuito com a predeterminação de fundar aqui na Bahia e daqui do nordeste todo do Brasil, o MST movimento que tinha sido fundado no Rio Grande do Sul em 83 se não me falha a memória 83 em 87 o primeiro município onde houve a ocupação realizada pelo MST foi Alcobaça, onde hoje tem um assentamento chamado 40 / 45. As rádios na época comunicavam o sindicato dos trabalhadores rurais também comunicavam através dos programas que tinham nas rádios que este movimento não é tinha organizado essa ocupação no município do Prado mas que para permanecerem não é na terra, era necessário que as igrejas os vários movimentos os vários sindicatos as pessoas ah pudesse contribuir com alguma coisa de alimentação para que eles pudessem permanecer. E eu me lembro que com a juventude de Jucuruçu nós realizamos uma gincana e conseguimos praticamente um caminhão de material não perecível arroz feijão. Tudo tudo, e pra mim foi assim uma alegria poder levar tudo aquilo para aquele povo que estava lá acampado, foi o primeiro contato que eu tive com o MST. Ao chegar lá me impressionou a quantidade de barraca de lona preta a situação, em que se encontravam mas me sentir feliz de poder estar levando aquilo que a juventude comigo naquele dia foram 4 jovens daquela paróquia não é onde eu também estava realizando como pároco além do colégio, me foi entregue a responsabilidade também da igreja. católica de lá. (Dílson, em 05, dez. 2022)*

Aqui é possível perceber os primeiros feitos de luta do MST e seus envolvidos na região do extremo sul da Bahia e a relação da igreja católica representada pela figura do Frei Dílson, agindo de forma conjunta como forma de levar auxílio através de alimentos para

que pudesse abastecer aquele assentamento chamado de 40/45 para que através destes suprimentos eles pudessem continuar com a sua ocupação como aponta na entrevista.

Frei Dílson se destacava por seu ativismo em favor dos menos favorecidos, o que chamou a atenção dos órgãos de espionagem, que consideravam suas ações como subversivas e associadas ao comunismo. Esse interesse levou à decisão de entrevistá-lo para entender a relação entre sua militância religiosa e suas posições políticas durante a Ditadura Militar, especialmente em um momento próximo ao fim do regime, na década de 1980, quando suas influências ainda eram fortes.

Frei Dílson Batista Santiago, um sacerdote atuante no extremo sul da Bahia, envolveu-se profundamente na questão agrária e se tornou uma figura notável no contexto de conflitos fundiários e movimentos sociais da região. Sua relação com a terra e o impacto que teve sobre o Serviço Nacional de Informações (SNI) são aspectos cruciais para compreender seu papel na história da Bahia durante o período da Ditadura Militar.

Mesmo na década de 1980, ainda era possível observar resquícios da censura e da repressão de maneira bastante evidente. Posteriormente, a análise do documento teve como objetivo compreender a posição religiosa em relação à luta contra o regime militar repressivo no Extremo Sul da Bahia. Levando em consideração que o Serviço Nacional de Informações (SNI) tinha como propósito investigar qualquer ação considerada subversiva, esse órgão registrou a atuação de Frei Dílson durante uma missa realizada no domingo, 10 de junho de 1984, em frente à Igreja Matriz, na cidade de Itamaraju.

Sobre a veracidade da informação constada no documento e com o objetivo de procurar entender o que significa “crucificadores do povo” frase dita por Frei Dílson durante a missa e destacada em documento do SNI. O Frei Dílson nos explica que está relacionado a um grupo que não valorizava o seu trabalhador e que se esconde atrás de órgão religioso para se passar de bom cidadão:

*[...] é ver por exemplo pessoas que se esconde por detrás da amizade com padre da amizade com religioso qualquer para estar ali não é fingindo que é católico que é o fiel conhecedor da palavra de Deus mas que não paga por exemplo um salário decente para o seu trabalhador eu não tô aqui querendo revelar pecado de ninguém não, mas eu nunca ouvir uma confissão de alguém viesse me dizer padre eu pequei porque não paguei o salário ao meu trabalhador e quantos ficam sem? E não pagar o salário ao trabalhador é pecado está escrito na bíblia. Então estes tinham esse comportamento e Eu sabia de que muitos estavam me ouvindo, a missa que eu celebrava não é*

*tinha esta prática que não era ninguém que tinha vindo me contar não, Eu via, Eu sabia que existia aquela prática (...) [...] (Dilson, em 05 dez. 2022)*

É possível compreender que a luta não era apenas contra o governo militar, mas sim contra pessoas que utilizavam de seu poder de forma aquisitiva para se impor sobre o outro numa disputa por dignidade mais justa para a classe trabalhadora.

As relações entre a Igreja Católica e o governo variavam conforme os interesses políticos, econômicos e sociais de cada denominação, refletindo uma complexa dinâmica de poder e alinhamento político. Historicamente, a Igreja Católica no Brasil manifestou apoio ao regime militar, como evidenciado por eventos como as passeatas da "Família com Deus pela Liberdade", que visavam combater o comunismo e proteger os valores tradicionais.

No entanto, essa parceria entre a Igreja e o regime não perdurou. Gradualmente, a Igreja Católica começou a se distanciar do regime militar, embora não houvesse uma oposição unificada por parte dos líderes eclesiais. Segundo Paulo César Gomes (2014, p.17), “Apesar de não haver uma visão única entre os bispos sobre suas relações com o Estado ou suas ações na sociedade, todas as perspectivas deveriam estar em consonância com a doutrina universal da Igreja”. Isso indica que, embora a Igreja Católica tenha inicialmente apoiado o regime, essa posição não refletia a realidade vivida por todos os sacerdotes. O caso de Frei Dílson exemplifica como o apoio da Igreja ao regime foi subjetivo e desigual, evidenciando as tensões internas e o descompasso entre a liderança e os sacerdotes na base da Igreja.

CONFIDENCIAL

01/03

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
AGÊNCIA - SALVADOR

006907/84

INFORME Nº 000066/19/ASV/84

DATA : 12 DE JULHO DE 1984

ASSUNTO : ATUAÇÃO DO FREI DILSON BASTISTA SANTIAGO

ORIGEM : PMBA

DIP. ANTERIOR : 2ª IN - 6ª RM - SI/BASV - DEP/HA - CI/SEP/BA

AVLIAÇÃO : A - 1

DIFUSÃO : AC/SNI

Esta AR retranmite o INFORME Nº 450/84-PM/2-1-PMBA, datado na origem em 06 de Julho de 1984.

"Há cerca de três meses foi transferido da Paróquia de EUNÁPOLIS/PORTO SEGURO/BA, para ITAMARAJÚ/BA o Frei DILSON BASTISTA SANTIAGO, filho de MANOEL CRESCENCIO SANTIAGO e EULINA BASTISTA SANTIAGO, nascido aos 25 ABR 54 em CANAVIEIRAS neste Estado.

Em 10 JUN 84, ocorreu uma passeata de rurícolas em frente a Igreja Matriz, onde o reverendo em foco criticou veementemente o Governo.

Frei DILSON ao officiar uma missa, procura durante a homilia, incitar os fiéis a desacreditar do Poder Executivo, acusando seus membros, de "crucificadores do povo".

\* \* \*

CONFIDENCIAL

20

A crítica pública de Frei Dílson reflete o clima de tensão e resistência presente na época, evidenciando a forma como alguns líderes eclesiais se tornaram vozes importantes na luta contra a repressão. O informe também destaca a vigilância constante sobre figuras religiosas que se opunham ao regime, evidenciando a forma como o SNI monitorava e reagia a qualquer forma de dissidência. Em 10 de junho de 1984, uma passeata organizada por "rurícolas"<sup>21</sup> terminou em frente à Igreja da Matriz na cidade de Itamaraju. Durante o evento, Frei Dílson Batista Santiago fez críticas severas ao governo, incitando os fiéis a se oporem ao sistema vigente. O documento do SNI menciona que, durante uma missa, Frei Dílson chamou os membros do governo de "crucificadores do povo", o que indica uma tentativa de mobilizar a população contra o regime militar.

<sup>20</sup>Arquivo Nacional: Serviço Nacional de Informações (SNI). 006907/84. Acervo SNI Informe N° 000066/19/ASV/84.

<sup>21</sup> Esse termo está escrito originalmente no documento: Arquivo Nacional: Serviço Nacional de Informações (SNI). 006907/84. Acervo SNI Informe N° 000066/19/ASV/84.

A atenção do governo sobre o Frei Dílson reflete o impacto que suas palavras e ações tiveram, mesmo na posição de sacerdote. O regime militar monitorava de perto figuras religiosas que se manifestavam contra o governo, especialmente em contextos de alta tensão política. O relatório do SNI descreve as falas de Frei Dílson como uma forma de incitação à resistência contra o regime, evidenciando a preocupação do governo com a utilização do púlpito para fins políticos.

O caso de Frei Dílson ilustra a tensão entre o ativismo por justiça social e a repressão governamental durante a Ditadura Militar. Sua luta pela redistribuição de terras e a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais foram confrontadas com uma resposta robusta e sistemática por parte do governo, refletindo a complexidade da dinâmica entre resistência social e controle estatal. A vigilância do SNI sobre Frei Dílson é um exemplo das medidas extremas adotadas pelo regime para manter a ordem e suprimir a oposição, destacando a interseção entre questões sociais e a repressão política durante esse período histórico.

Em entrevista concedida o Frei Dílson fala do motivo de chamar a estrutura do governo de “crucificadores do povo” no intuito de analisar o que significa esse termo e se confere com o que está descrito na fonte do SNI, e compreender como era a reação diante de seu posicionamento político e religioso Ele aponta:

*Confere! É verdadeira esta... Confere sim. Confere e eu continuo vendo como crucificadores do povo! Todos aqueles que não respeitam a dignidade de um ser humano tendo ele o ser humano sido criado a imagem e semelhança de Deus. Não posso absolutamente não dizer que são Crucificadores do povo aqueles que supervalorizam os seus bois e nada fazem para a dignidade de ser humano [...] (Dílson, em 05 dez. 2022).*

A relação de Frei Dílson Batista Santiago com as questões da terra estava profundamente ligada à sua atuação como defensor dos direitos dos menos favorecidos e sua posição crítica em relação ao regime militar. Em entrevista concedida o Frei Dílson nos fala sobre essa relação de classe que existia dentro da igreja e mediante seu posicionamento sobre os conflitos sociais:

*quero aqui citar grande figura de um Bispo italiano mas que foi Bispo aqui em São Mateus se não me falha a memória foi o primeiro Bispo de São Mateus no momento me foge o nome dele mas ele vive ainda também, ele dizia: me sentirei feliz no dia em que os meus fiéis tiverem a mesma dignidade dos bois de alguns outros meus fiéis. aí ele disse, pesado... pesado dizia: os bois de alguns dos meus fiéis tem energia nos currais tem muitos outros meus fiéis que não sabem o que que é luz elétrica na casa, alguns bezerrons de alguns dos meus fiéis tem pedigree, alguns outros dos meus fiéis o único documento que tem é o batistério, que é concedido no dia do*

*batismo. Que não eram nem registrado está falei a realidade. (Dílson, em 05 dez. 2022).*

A fala citada evidencia a profunda consciência social do Frei, que, ao comparar as condições de vida dos seus fiéis com a dos bois de alguns deles, utiliza uma metáfora pesada para denunciar a desigualdade e a precariedade que afeta as camadas mais pobres da sociedade. Ao afirmar que alguns fiéis tinham bois com "energia nos currais" enquanto outros sequer tinham "luz elétrica" em suas casas, o Frei Dílson não apenas aponta para a disparidade material, mas também para a falta de acesso a condições básicas de dignidade humana.

A comparação entre os bezerros de "pedigree" e os fiéis que "não tinham nem registro" traz à tona uma crítica à exclusão social e à marginalização das pessoas mais empobrecidas, que sequer tinham documentos básicos de identidade ou registro formal de nascimento. O uso do termo "batistério", que remete ao sacramento do batismo, serve para ressaltar a ironia e a indignação do bispo: enquanto alguns de seus fiéis possuem uma vida de aparente "prestígio", outros estão à margem da sociedade, sem sequer serem reconhecidos oficialmente.

A fala também toca em um ponto sensível sobre as condições de vida no Brasil, especialmente em regiões mais periféricas ou afastadas dos grandes centros urbanos, onde muitas pessoas, mesmo sendo cidadãos, enfrentam dificuldades para acessar direitos fundamentais, como a educação, a saúde, e até mesmo o registro civil. Ao se referir a essas questões, o bispo não só denuncia a desigualdade econômica, mas também lança uma crítica à indiferença social diante da situação dos mais vulneráveis.

Essa reflexão é um chamado à ação, à conscientização e à busca por justiça social. É uma denúncia poderosa que utiliza a fé e a autoridade religiosa para alertar sobre a urgência de mudanças nas estruturas sociais e econômicas que perpetuam a desigualdade. Ao mencionar os crucificadores do povo o Frei Dílson continua:

*Então Dizer Crucificadores do povo a estas pessoas que depois não é além de serem os crucificadores tornavam-se depois os adoradores daquele que um dia tinha sido sacrificado, crucificado. (Dílson, em 05 dez. 2022)*

Um dos objetivos desta pesquisa é compreender quem são os "crucificadores do povo" mencionados por ele em sua missa subversiva e como a ditadura os monitorava. A expressão "crucificadores do povo" refere-se às figuras de autoridade ou opressores que,

em nome do poder e da manutenção do status quo, sacrificam ou prejudicam as massas populares, especialmente as camadas mais vulneráveis da sociedade, como os trabalhadores rurais.

Durante a ditadura militar no Brasil, essas figuras eram aquelas ligadas aos grupos que se mantinham no poder e não estavam dispostas a ceder em nome da luta pela justiça social. Essa repressão se dava por meio de vigilância, violência e negação dos direitos dos que lutavam contra o regime. A disputa entre os que estavam no poder e os que buscavam uma mudança permeia várias esferas da sociedade brasileira, gerando debates intensos no espectro político. Nesse contexto, o papel de um frade capuchinho, que ganhou destaque no extremo sul da Bahia, foi crucial para alertar a população rural e trabalhadora sobre as ameaças do regime. A religião, assim, não apenas atuou como um meio de alerta, mas também como um instrumento de orientação sobre as ações necessárias para alcançar os objetivos da luta. Ela se inseriu diretamente na luta pela terra, defendendo a distribuição justa para que todos pudessem garantir sua participação.

Frei Dílson se destacou na defesa dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores em uma região marcada pela concentração de terras nas mãos de grandes proprietários. O autor Joviniano (2018) aponta que a falta de distribuição igualitária de recursos entre as regiões brasileiras e como a luta pela reforma agrária se faz necessária “O subdesenvolvimento passara a ser visto não como etapa, mas como resultado de um modelo que concentrava capital e empobrecida regiões como o nordeste brasileiro e as populações rurais. E, na luta pela terra, se defendia a Reforma Agrária.” (Joviniano,2018, p.31).

Frei Dílson se posicionou ao lado dos menos favorecidos, buscando melhores condições e acesso à terra para esses grupos marginalizados. Sua crítica ao sistema de propriedade de terra, que favorecia a concentração de terras e a exploração dos trabalhadores, era uma parte central de sua atuação. Ele via essa estrutura como uma forma de opressão e injustiça social e usava sua posição para advogar pela redistribuição mais justa das terras.

Em 12 de março de 1984 houve um ato de ocupação liderado pelo Frei Dílson e o Frei Chico <sup>22</sup>onde houve a participação de 1.500 famílias vinda de várias partes do extremo sul, algumas vindas até do estado do Espírito Santo. Sendo esta informação extraída do SNI, órgão que monitorava as ações do frei Dílson a todo momento.

Essa organização de pessoas se deu como forma de manter-se efetivada esta ocupação na fazenda Bela Vista que fica localizada na região de Jucuruçu na Bahia, a qual pertencia ao suplente do senado no estado de Sergipe, não se concretizando, levando a separação dessas famílias em um despejo violento e como forma de evitar essa ação, frei Dílson cede o espaço de terra que pertencia aos frades capuchinhos para abrigá-los.

Em entrevista concedida, o Frei Dílson nos conta sobre o objetivo desta ocupação, levando-nos a compreender que pertencia ao setor dos Frades capuchinhos e este movimento foi para possibilitar que as famílias permanecessem na região de Itamaraju:

*E nós cedemos então, a nossa área pertencente, portanto aos Frades Menores Capuchinhos para o Movimento Sem Terra, poder permanecer em Itamaraju. Foi Graças a esse ato que foi considerado um ato revolucionário um ato que, que, que... que tinha que ser punido até mesmo com a morte, na época o então presidente da, da, da UDR de Itamaraju, ele falava abertamente que o sonho dele era arrancar a barba ao Frei Chico. (Dílson, em 05 dez. 2022)*

A indignação do frei Dílson com relação a essa ação, se dá por conta de que há muitas terras na mão de poucas pessoas sem dela fazer o uso devido para uma produção de plantações e cultivo, ou seja, é só mais hectares de terras desocupadas com tanta gente passando por necessidade sem um teto para morar.

Ao expor uma realidade social do Brasil dentro do século XX se arrastando para o século XXI visto que é um país rico em terras e terras produtivas tem que alertar a população sobre esta situação o Frei Dílson indigna-se com essa situação que se repete muita concentração de terras nas mãos de uma única pessoa e de forma inapropriada enquanto muitas famílias passando por necessidades básicas que poderiam ter sido supridas com um pedaço mínimo de terra para sobreviver. Graças a esse ato, no qual teve a participação do Movimento Sem-Terra, onde houve diversos despejos violentos,

---

<sup>22</sup>Frei Chico atuava em parceria com o Frei Dílson de luta que auxiliava nos movimentos também. Dílson conta em entrevista que ele não é mais Frade Capuchinhos, reside na cidade de Itamaraju hoje é casado e possui filhos.

contando com a presença do Frei Dílson a todo momento, colaborando com o povo se colocando à disposição em ajuda-los da maneira que fosse possível.

Em entrevista, o Frei Dílson se recorda dos desdobramentos do ato de tentativa de ocupação sendo um dos maiores em termos de quantidade de pessoas:

*Ocupação, foi aquela ocupação que o... companheiro do movimento Sem-Terra veio me pedir visto que O Padre veio nos trazer comida que O Padre nos ajuda agora a organizar esta ocupação. E eu não me furtei não, eu me sinto muito orgulhoso de ter feito isto, e a história me premiou por causa disso. (Dílson, em 05 dez. 2022)*

O Frei Dílson aponta lapsos de memórias referente àquele ato no que tange a questão de violência por parte dos representantes dos donos das terras em específico da Bela Vista:

*nós participamos então desta organização sim, sentido, cedemos as nossas estruturas isto porque porque quando houve a ocupação e houve aquele despejo violento onde crianças de uma cidade foram levadas para outra cidade totalmente distante não é separada dos seus familiares e que teve envolvimento de professores citei aqui a professora Iraci daqui de... de... Houve envolvimento do padre José “Coopman”. (Dílson, em 05 dez. 2022)*

É possível destacar o impacto social da ação, sobretudo na separação de crianças de suas famílias, revelando uma dimensão de vulnerabilidade e violação de direitos. O envolvimento de figuras locais, como a professora e o padre, surge como resistência e solidariedade diante da situação.

Além de suas críticas ao sistema de posse de terras, o pároco participou ativamente de protestos e mobilizações que reivindicavam a reforma agrária e melhorias nas condições de vida dos trabalhadores rurais. Sua influência religiosa era utilizada para dar visibilidade a essas questões e incentivar a ação coletiva contra as injustiças.

Sua atuação em prol da reforma agrária e sua crítica ao regime militar o colocavam em conflito direto com o governo da época. O regime militar considerava suas atividades como subversivas, especialmente porque desafiavam a estrutura estabelecida de posse de terras, usando de sua plataforma para promover uma agenda que confrontava a desigualdade no acesso à terra e as injustiças enfrentadas pelos trabalhadores rurais.

Ao transcrever a entrevista, foram recolhidas diversas informações a respeito não somente do seu engajamento político, mas a respeito do seu sentimento enquanto religioso, que acredita que através da sua fé vidas podem ser transformadas e a sensação de se ver envolvidos a tantos conflitos.

Sua vida pública política iniciou-se em 1995, como consequência dos engajamentos públicos em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, levando ao conhecimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e se filiando. Disputando e ganhando como deputado estadual entre 1995-1999 na primeira candidatura, renunciando em dezembro de 1996 para disputar a candidatura a prefeito da cidade de Itamaraju 1997 a 2008 sendo reeleito no ano de 2009 até 2012.

Por fim, Frei Dilson apoiava os movimentos sociais que buscavam a reforma agrária e a justiça social. Usava sua visibilidade para promover uma agenda que confrontava a desigualdade no acesso à terra e as injustiças enfrentadas pelos trabalhadores rurais. Esses aspectos destacam como Frei Dílson utilizava sua influência como sacerdote para abordar e enfrentar as questões da terra, defendendo a reforma agrária e a justiça social, o que inevitavelmente o colocava em conflito com o regime militar da época.

### **Considerações finais**

Ao analisar as notícias apresentadas pelas fontes, foi possível perceber que a região do extremo sul da Bahia também participou de um movimento histórico, especialmente no que diz respeito aos subversivos que se opuseram a um regime igualmente ilegítimo. Isso permitiu a análise de uma série de quadros políticos envolvendo diversas estruturas.

Este artigo é apresentado com a intenção de contribuir para a compreensão de um momento histórico em que a sociedade brasileira contemporânea se vê imersa em um período de negacionismo histórico, no qual se nega a ocorrência do golpe de 1964 e a própria existência da ditadura militar. A realização deste trabalho evidencia a responsabilidade dos historiadores de aproximar a sociedade da verdade histórica, enfrentando o passado. Desde o projeto de iniciação científica até a pesquisa de campo e a consolidação do texto, todo o processo se revela significativo. Este trabalho visa ser expandido em futuras pesquisas. Sendo de grande importância e satisfação contribuir para o resgate histórico e para a memória de uma região que possui escasso conhecimento sobre esse passado, especialmente ao apresentar um sujeito vivo que se dispôs a compartilhar sua experiência sobre uma conjuntura em que, na época, era difícil abordar tais questões.

## Referências

- Alberti, Verena. Manual de História Oral. 3ª. ed. Rio de Janeiro: FVG. 2005.
- Arquivo Nacional: Serviço Nacional de Informações (SNI). 006907/84. Acervo SNI Informe Nº 000066/19/ASV/84.
- Arquivo Nacional: Serviço Nacional de Informações (SNI). 009945/88. 00812
- Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)
- Brito, Reynivaldo. Invasores dominam Eunápolis em luta de grupos armados. A tarde, Salvador, ano 1975, 2out. 1975. p.3.
- Carvalho Neto, Joviniano Soares de. Igrejas e ditadura militar na Bahia. / Joviniano Soares de Carvalho Neto. – Salvador: Sagga, 2018. 196 p.
- Cunha, Levi Sena. Cidade e memória: urbanização e conflitos em Eunápolis dos anos de 1970 a 1988. Monografia (Graduação em História) da Universidade do Estado da Bahia – UNEB campus XVIII, Eunápolis, 2015.
- Dias, Reginaldo Benedito. A Máscara Chinesa: notas sobre uso das fontes produzidas pelo aparato repressivo da ditadura militar. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 2, n. 1, p.153-175, jan. / jul. 2010.
- EUNÁPOLIS passado, presente e futuro. Memórias de Eunápolis. Uma publicação da secretaria municipal de educação, cultura e esporte. Elaboração: secretaria municipal de comunicação social. novembro, 2010.
- Fernandes, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- Ferreira, Marieta de Moraes. História, Tempo Presente e História oral: Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.
- Fico, Carlos. Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar/ Carlos Fico. – Rio de Janeiro: Record, 2004.
- Fico, Carlos. Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política / Carlos Fico. -- Rio de Janeiro: Record, 2001.

Fico, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. In: Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p.05- 74. jan./abr. 2017.

Fico, Carlos. O golpe de 64: momentos decisivos/ Carlos Fico - Rio de Janeiro: Editora FGV,2014. 148 p. – (Coleção FGV de bolso. Série História)

Fico, Carlos. João Goulart e a “Operação Brother Sam”. In: FICO, Carlos. O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2008.

Freire, Paulo, 1921-1997 Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra / Paulo Freire, Donaldo Macedo; tradução Lólio Lourenço de Oliveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

Freire, Paulo. Educação como prática da Liberdade. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

Gomes, Paulo Cesar. Os bispos católicos e a ditadura militar BRASILEIRA (1971-1980): a visão da espionagem. 1 ed.- Rio de Janeiro: Record, 2014.

Gonh, Maria da Gloria Marcondes. Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização/Maria da Gloria Gonh. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

Gorender, Jacob. Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. Ática 1987. 3ª ed.

Grafia da vida: Reflexões e experiências com a escrita biográfica / Alexandre Avelar e Benito Bisso Schmidt, (organização). – São Paulo: letra e Voz, 2012

Grosso, Bruno O comunismo na história do século XX Lua Nova, núm. 75, 2008, pp. 115-141 Centro de Estudos de Cultura Contemporânea São Paulo, Brasil.

Halbwachs, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: vértice, 1990.

Ishaq, Vivien. A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985/ Vivien Ishaq, Pablo E. Franco, Teresa E. de Sousa. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

Melo, Demian. “O CARÁTER DE CLASSE DO GOLPE DE 1964 E A HISTORIOGRAFIA”. SILVA, Carla Luciana, CALIL, Gilberto (org). Ditaduras e

democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

Netto, José Paulo. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985) / José Paulo Netto. – São Paulo: Cortez, 2014.

O fantasma da revolução brasileira / Marcelo Ridenti. – 2.ed. rev. E ampliada. São Paulo: editora UNESP, 2010.

O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX / organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.. - (O Brasil Republicano; v.4)

Pollak, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3. p, 3-15 1989.

Pollak, Michael. “ Memória e identidade social”. In: Estudos Históricos, 5 (10) Rio de Janeiro, 1992.

Portelli, Alessandro. História Oral como arte de escuta / [tradução Ricardo Santhiago]. – São Paulo: Letra e Voz, 2016. -- (Coleção ideias).

Quadrat, Samantha viz. A preparação dos agentes de informação e ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Varia História, Belo Horizonte, vol.,28, nº 47, p.19-41: jan. / jun. 2012.

Thiesen, Icléia. Documentos “sensíveis”, arquivos “sensíveis”: nem tesouros, nem miragens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13, 2012, Rio de Janeiro, Anais, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

Usos e abusos da história oral/Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. -8ed.Rio de Janeiro: editora FGV,2006.

Santana, Cristiane Soares de. Maoísmo na Bahia (1969-1970) / Cristiane Soares de Santana. – Salvador: Saggá; 2020. 182 p.

Souza, Sandra Regina Barbosa da Silva. Ousar lutar ousar vencer: histórias da luta armada em salvador (1969-1971) / Sandra Regina Barbosa da Silva Souza; prefacio, Muniz Ferreira. – Salvador: EDUFBA, 2013. 201 p.

Souza, M. L. (2011). *Economia Regional e Desenvolvimento Sustentável: O Caso do Extremo Sul da Bahia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

SOCIOLOGIAS, C. E.; MONTAGNER, M. Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, [S. l.], v. 9, n. 17, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5630>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Stedile, João Pedro e FERNANDES, Bernado Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

Zachariadhes, Grimaldo C. (org.). *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009. v 1, 286 P.

### **Entrevistado:**

Santiago, D. B. **Dilson Batista Santiago**: entrevista [dez.2022]. Entrevistador: Eduardo Alves de Jesus. Eunápolis, 2022. Gravação (2:12:51s). Entrevista concedida para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso.